https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

TOPOFOBIA E COLONIALIDADE EM TORTO ARADO: UM LEGADO DE DOMINAÇÃO E ESCRAVIDÃO MODERNA NO SERTÃO DA BAHIA

TOPOPHOBIA AND COLONIALITY IN TORTO ARADO: A LEGACY OF DOMINATION AND MODERN SLAVERY IN THE SERTÃO OF BAHIA

Elisângela Campos Damasceno[1]

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.

Resumo: A obra Torto Arado, do escritor Itamar Vieira Júnior, desvela reflexões sobre o ser humano e o ambiente. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a topofobia e a colonialidade do poder como formas de dominação, presentes em Água Negra, fazenda fictícia do sertão baiano. O método desta pesquisa segue a análise do discurso e a perspectiva ecocrítica. Como resultados, identificou-se que os trechos topofóbicos revelam a inércia do Estado em promover políticas para a convivência com o semiárido, configurando-se como um elemento à exploração dos sertanejos numa reprodução da colonialidade do poder. Portanto, essa narrativa descortina debates que precisam ganhar visibilidade: a penúria dos sertanejos e a forte estrutura neocolonial que fomentam a instituição de escravos modernos.

Palavras-chave: geografia; literatura; sociologia.

Abstract: The work Torto Arado, by writer Itamar Vieira Júnior, reveals reflections on human beings and the environment. In this context, this article aims to analyze topophobia and the coloniality of power as forms of domination, present in Água Negra, a fictional farm in the sertão of Bahia. The method of this research follows discourse analysis and the ecocritical perspective. As a result, it was identified that the topophobic passages reveal the State's inertia in promoting policies for coexistence with the semi-arid region, configuring themselves as an element in the exploitation of sertanejos in a reproduction of the coloniality of power. Therefore, this narrative reveals debates that need to gain visibility: the poverty of the sertanejos and the strong neocolonial structure that fosters the institution of modern slavery.

Keywords: geography; literature; sociology.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, vale sublinhar que a análise das relações entre o ser humano e o ambiente (físico, social e cultural) ganhou impulso, no cenário acadêmico-científico, em 1989, quando a escritora Cheryll Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, instigou o uso do termo Ecocrítica para abordar os estudos literários, na forma dos personagens criados pelo artista, e a terra. Em vista disso, cabe frisar que o presente artigo adotou tal perspectiva para melhor investigar essas articulações ser humano-ambiente.

Desse modo, o espaço do romance *Torto Arado*, do escritor Itamar Vieira Júnior, é representado pela fazenda Água Negra, um lugar fictício do sertão baiano, habitado por afrodescendentes. A esse respeito, destaca-se

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

que a versão definitiva da narrativa em exame veio a público após a defesa do doutorado do autor em Estudos Étnicos e Africanos, uma pesquisa sobre a formação de comunidades quilombolas na Chapada Diamantina. Assim, na terra recriada artisticamente – Água Negra -, são estabelecidas várias relações entre o ser humano e o ambiente num viés inter e transdisciplinar, inerente a uma análise ecocrítica que, segundo Greg Garrard (2006), remete aos saberes e às percepções do lugar e dos grupos sociais que lá fixaram morada.

Nessa direção, é oportuno destacar que, para discutir a relação entre Literatura e o lugar habitado, esta pesquisa lança mão dos estudos da Geografia Humanista. Partindo dessa premissa, assinalam-se as contribuições do geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (2005) ao apresentar o termo "topofobia" – aversão a um local, em virtude das adversidades climáticas, como, por exemplo, prolongadas estiagens – conforme se identificará mais adiante nos excertos da obra em análise.

Concomitantemente, salienta-se que, em vista de se debater sobre as imbricações entre os grupos sociais engendrados no romance em foco, este artigo adotou o conceito de colonialidade, trazido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2014). Sob esse prisma, vale apontar que tal termo remete ao fato de ainda permanecer, nas relações contemporâneas, o ideal de dominação e exploração, iniciado no período colonial e se estendendo atualmente, em face das sucessivas neocolonizações que vêm ocorrendo ao longo dos séculos. A partir disso, surgem as expressões colonialidade do poder (Mignolo, 2010), colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007) e colonialidade do saber (Santos, 2007) que serão discutidas nos tópicos subsequentes.

Sendo assim, o presente manuscrito tem por objetivo analisar a topofobia e a colonialidade do poder, do ser e do saber como formas de dominação e escravidão moderna, que estão presentes em Água Negra, espaço da obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior. Outrossim, este artigo parte da hipótese de que as secas prolongadas no sertão baiano fomentam um sentimento de aversão ao lugar habitado, fruto de políticas excludentes que acentuam as desigualdades sociais e promovem a exploração dos sertanejos.

Acrescenta-se, finalmente, que Itamar Vieira Júnior, autor da obra-prima *Torto Arado*, é digno de todas as insígnias que vêm recebendo nos últimos anos. A primeira delas foi o prêmio Leya de 2018. Em seguida, vieram as condecorações referentes ao Prêmio Jabuti de Romance Literário e ao Prêmio Oceanos, ambas em 2020. Somado a esses distintivos, em 2024, o escritor baiano também venceu o prêmio literário francês Montluc Résistance et Liberté, sendo reconhecido internacionalmente por uma linguagem de resistência, tornando visíveis os, até então, invisíveis.

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

METODOLOGIA

Considerando essas questões preliminares, ressalta-se que esta pesquisa assenta-se na obra *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, constituída por três densas partes, que agregam cinquenta e três capítulos.

Nesse viés, com o intuito de realizar a presente investigação, adotou-se o método da análise do discurso de linha francesa que, segundo Michel Pêcheux (2008), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Outrossim, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido.

Sob essa ótica, Eni Orlandi (2012) reitera a análise do discurso de linha francesa na qual considera os fatores históricos, sociais, culturais e simbólicos que envolvem a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos que permeiam a narrativa em exame.

Ademais, na análise do discurso consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem-personagem, da mulher-personagem com a sua história e com as construções socioculturais em que estão inseridos.

Posto isso, busca-se, com a análise do discurso segundo Orlandi (2012), explicitar os discursos velados da narrativa, validando tais sentidos por meio das considerações de suas condições de produção as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contextos socioculturais e simbólicos).

Como perspectiva complementar, adotou-se a abordagem ecocrítica que, de acordo com Sarmento e Moura (2024), configura-se como uma fértil vertente de investigação inter e transdisciplinar das relações entre o ser humano e o ambiente (sociocultural e simbólico), podendo, assim, despontar análises profundas e abrangentes acerca das imbricações homem-mulher-ambiente.

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas inúmeras publicações, como, por exemplo, artigos científicos, localizados em periódicos online e em anais de eventos disponíveis eletronicamente e que se referem às primeiras décadas dos anos 2000, além de livros de críticos literários brasileiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Literatura traz à tona representações da realidade circundante (Bosi, 2006). Nesse contexto, a narrativa ficcional contemporânea desvela - com *Torto Arado* - um sentimento de aversão ao lugar (sertão), em razão da exploração e da opressão a que os habitantes de Agua Negra estão submetidos, revelando,

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

assim, as relações de poder na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Nessa seara, é oportuno sublinhar a interface entre Literatura e Geografia. Sob essa perspectiva, Tuan (2005), buscando investigar comportamentos e relações entre o ser humano e o lugar habitado, utiliza, em seus estudos, o termo topofobia - que indica a subjetividade do indivíduo na interação com o local onde vive, estabelecendo, assim, memórias e vivências afetivas adversas (medo, repugnância).

Outrossim, na obra em questão, o escritor baiano Itamar Vieira Júnior descortina o sentimento de topofobia, expresso pelos personagens da trama, em face de longos períodos de estiagem, como se observa no trecho a seguir: "Foi um tempo difícil. Meu pai se referia àquele período como a pior seca desde 1932. Aquele também foi o último ano em que vi uma plantação extensa de arroz naquelas terras" (Vieira Júnior, 2019, p. 58).

Diante dessa conjuntura, depreende-se que as intempéries climáticas e a falta de políticas públicas adequadas à convivência com o semiárido geraram a fome e a penúria no sertão, mais notadamente na Bahia, cenário da narrativa em estudo:

> Foi possível temperar os peixes enquanto havia umbu, que, junto com o sal, garantiu algum sabor à carne. Quando a farinha passou a rarear, meu pai recordou a receita do beiju de jatobá que Donana fazia. Havia vagens em abundância. Era uma árvore que resistia bem à falta d'água, frondosa, imponente, uma reserva de alimento de segunda linha. Assim, comemos beiju de jatobá por meses, até enjoar. Disputamos a palma com o gado da fazenda. Quem não foi previdente em ter sua própria plantação de palma, que acabaria com o passar dos meses, tinha que contar com a solidariedade de um vizinho, para garantir o cortado na mesa, guisado no azeite de dendê (Vieira Júnior, 2019, p. 59).

Sob esse panorama, reforça-se a invisibilidade dos sertanejos em meio a longos períodos de estiagem. Acerca disso, o pesquisador Roberto Silva (2003) ressalta a necessidade de um planejamento governamental eficaz para a convivência com o semiárido, a fim de evitar o drama de grupos humanos que dependem da terra para sobreviver, banindo, assim, práticas de replicação da miséria.

Corroborando Silva (2003), Sarmento e Moura (2022) defendem, também, que as expressões topofóbicas presentes na obra em questão não são imagens de repugnância ao lugar (sertão), por não fazer parte dele ou por não carregar consigo o sentimento de pertencimento. O que há, explicitamente, é a denúncia de uma caatinga abandonada pelo Estado que adota uma política de repulsa e não um projeto de convivência com o semiárido, conforme se verifica no excerto a seguir:

> Os grãos passaram a rarear, o feijão acabou antes do arroz, e do arroz restava muito pouco. Agora, mais que antes, seguíamos quase todos os dias para os rios para pescar, e a cada pescaria só

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

> conseguíamos capturar peixes cada vez menores, que só serviam para dar um gosto ao angu de farinha. Também havia as caças. Mas, no alto da estiagem, era mais fácil encontrar as carcaças dos animais mortos pela falta de alimento do que encontrar algum para ser abatido (Vieira Júnior, 2019, p. 58-59).

Partindo dessa premissa, esse contexto decrépito, em virtude de prolongadas estiagens, promove, segundo Tuan (2005), uma subjetividade topofóbica na relação do ser humano (sertanejo / sertaneja) com o lugar (sertão):

> O arroz, dependente de água, foi o primeiro a secar com a estiagem. Depois secaram a cana, as vagens de feijão, os umbuzeiros, os pés de tomates, quiabo e abóbora. Com a seca, veio, também, o medo de que nos mandassem embora por falta de trabalho. Depois veio, ainda, o medo mais imediato da fome (Vieira Júnior, 2019, p. 58).

Sendo assim, esse quadro de desolação acompanha os (as) sertanejos (as) em época de seca, trazendo à tona o "medo" da fome e da falta de trabalho, expulsando-os de sua terra natal, em busca da sobrevivência em outro lugar. Tal situação remete às migrações: "Seus outros filhos haviam partido em busca de trabalho, cada um na sua vez" (Vieira Júnior, 2019, p. 17-18).

Sob esse viés, cabe ressaltar que o êxodo rural de nordestinos, como uma das consequências da seca, ocorreu principalmente com o deslocamento daqueles que partiram do campo (terra natal) em busca de uma vida melhor. Entretanto, tais sertanejos, de acordo com Aklla Sales e Raul Oliveira (2019), sofriam com a inviabilidade de retorno ao seu território, cuja afirmação é possível reverberar com o trecho abaixo:

> Cresci ouvindo minha avó lamentar a distância da fazenda onde passou a infância e grande parte da vida adulta. Uma clara manifestação da saudade que ela não admitia sentir. Não clamava por seu retorno, compreendia seu papel ao lado do filho, mas não deixava de expressar seu pesar (Vieira Júnior, 2019, p. 17).

Outrossim, as migrações, segundo Sales e Oliveira (2019), representam um trajeto de dor e penúria para os refugiados ambientais. De outra parte, sublinha-se que os que encontravam morada nas fazendas que encontravam pelo caminho eram subjugados pelo proprietário da terra, sendo, pois, escravos modernos: "Não era jovem e carregava no rosto os traços de sua idade. Sulcos profundos na sua pele erodida pelo sol, que enfrentava todos os dias para plantar e ter direito à morada na fazenda" (Vieira Júnior, 2019, p. 54).

Nesse panorama, os moradores de Água Negra, a maioria constituída de afrodescendentes retirantes, enfrentavam muitas dificuldades para terem o direito à sobrevivência, suportando, não raro, humilhações e explorações explícitas:

> O gerente queria trazer gente que trabalhasse muito e que não tivesse medo de trabalho, nas palavras de meu pai, "para dar seu

> suor na plantação". Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos (Vieira Júnior, 2019, p. p. 35).

Nesse ínterim, a exploração, no sertão baiano, tem um caráter hereditário, ou seja, a subalternidade é transmitida de geração a geração, numa contínua reprodução da colonialidade do poder. Acerca disso, cabe sublinhar que, segundo Quijano (2014), intelectual que cunhou o termo colonialidade, tal estrutura de opressão transcende as particularidades do colonialismo histórico. Nesse panorama, o objetivo de dominação persiste, mesmo após a emancipação política do país, sendo replicado na forma de sucessivas neocolonizações.

Nessa linha de raciocínio, é oportuno reiterar que o termo colonialidade por Quijano (2014) é uma tentativa de compreender a contemporaneidade como um processo vinculado à experiência colonial, o que permite observar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do "sistema-mundo capitalista colonial-moderno".

E essa colonialidade do poder (dominação, opressão, exploração) é transcendida para uma colonialidade do ser num tom de inferioridade aos povos dominados, como se pode observar no trecho a seguir: "No hospital, demoramos a ser atendidas. Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar" (Vieira Júnior, 2019, p. 14).

No trecho citado acima, há, implicitamente, a colonialidade do ser, uma vez que os brancos se julgam superiores aos negros, mantendo distância e certo menosprezo. Sobre essa questão, vale salientar que, conforme o filósofo porto-riquenho Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados.

Desse modo, no excerto supramencionado, apesar da ausência de palavras depreciativas, tal silenciamento reforça uma atitude de subjugação por meio de uma linguagem gestual e fisionômica indiferente, carregada de opressão num tom pejorativo e constrangedor, o que possibilita a formação de uma visão subalterna de si mesmos por aqueles que estavam submetidos a esse quadro de inferioridade e dominação.

Nesse panorama etnocêntrico, consolida-se, portanto, a exploração a que os moradores de Água Negra estavam

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

submetidos, como se pode coadunar no fragmento abaixo:

> Elas falavam da visita dos patrões às roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. Mas as batatas do nosso quintal não são deles - alguém dizia - eles plantam arroz e cana, mas levam nossas batatas, o feijão e a abóbora que plantamos no nosso quintal (Vieira Júnior, 2019, p. 38).

Nesse contexto, de acordo com o filósofo francês Jean-Paul Sartre (2006), a violência, seja qual for, é sempre um ato de injustiça e deve ser combatida. Sob essa perspectiva, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) pondera que as desigualdades sociais representam uma violência simbólica, ou seja, "invisível", estabelecendo vínculos de subjugação, tais quais os patrões da fazenda Água Negra impuseram aos moradores, retirando deles o alimento por meio de um poder simbólico, estampado pela dicotomia proprietário-trabalhador.

Dessa forma, com tamanha opressão, os privilegiados acentuam, ainda mais, a divisão de classes, agravando, assim, o abismo social, como se denota na passagem a seguir:

> Nunca havíamos andado no *Ford Rural* da fazenda ou em qualquer outro automóvel. E como era diferente o mundo além de Água Negra! Como era diferente a cidade com suas casas grudadas umas às outras, dividindo paredes. O chão das nossas casas era de terra (Vieira Júnior, 2019, p. 15).

Outrossim, segundo Larissa Rosevics (2017), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as marcas da situação colonial não abandonaram os povos colonizados devido à colonialidade do poder, estruturada num processo capitalista que se renova e se consolida em práticas de exploração e dominação, conforme se observa na grande maioria dos excertos da obra em questão:

> E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores – disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana. Poderiam muito bem comprar batata e feijão no armazém ou na feira da cidade. Nós é que não conseguíamos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora (Vieira Júnior, 2019, p. 38).

Com base no fragmento literário acima, depreende-se que a colonialidade do poder, consoante Ramón Grosfoguel (2008), sociólogo porto-riquenho, avilta a dignidade do oprimido. Dessarte, cabe assinalar que os neocolonizadores (classe dominante) não se contentam com os ganhos abusivos, decorrentes da exploração, visto que, muitas vezes, há casos, como o ocorrido na narrativa em análise, de usurpação daquilo que é, minimamente, destinado aos que,

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

efetivamente, produzem (mão-de-obra escrava).

Sobre essa escravidão moderna, Thaís Bueno e Guilherme Cardozo (2016) colocam que, embora tenha ocorrido a abolição da escravatura em 1888, hodiernamente, pessoas vulneráveis economicamente são submetidas a contextos análogos aos de escravidão. Dessa maneira, indivíduos desfavorecidos, como os moradores de "Água Negra", ainda se encontram suscetíveis às mesmas formas de opressão e exploração forjadas aos seus antepassados.

Reverberando essa divisão de classes, reforçada pela colonialidade do poder, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007) afirma que os povos e as culturas invisíveis (de modo análogo, a comunidade de "Água Negra") mantêm e reproduzem a hegemonia dos visíveis (os proprietários da terra – privilegiados economicamente), que determinam a legitimidade das relações sociais.

Nessa tônica da colonialidade do poder, destaca-se que um cenário ambiental ou climático adverso acentua, ainda mais, a opressão aos vulneráveis, como, por exemplo, os sertanejos (as), personagens de *Torto Arado*, conforme se observa no trecho a seguir:

> Eram frutos rígidos, cor de cobre, nem pareciam se desmanchar numa polpa suculenta untando os corpos das mulheres que iam vender sua massa na cidade. A venda nos garantia comprar as coisas de que precisávamos quando a roça não resistia à seca ou à enchente do rio (Vieira Júnior, 2019, p. 24).

Considerando o panorama descrito acima, infere-se que, em face dos fenômenos da estiagem e da inundação, os indivíduos que dependem da produção rural tornam-se mais suscetíveis à miséria e fadados à dominação e à exploração dos proprietários da terra, como se pode identificar no excerto abaixo:

> A família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, não viviam na terra, vinham da capital apenas para se apresentar como donos, para que não os esquecêssemos, mas, tão logo cumpriam sua missão, regressavam. Mas havia os fazendeiros e sitiantes que cresceram em número e que exerciam com fascínio e orgulho seus papéis de dominadores, descendentes longínquos dos colonizadores (Vieira Júnior, 2019, p. 46).

Sob esse viés, conforme o intelectual argentino Walter Mignolo (2010), é preciso descolonizar, a fim de que seja eliminado o estigma de uma América Latina como sendo a mais desigual região do mundo. Sob essa ótica, são as disparidades econômicas e sociais que promovem a penúria de muitos povos e culturas invisiblizados pelo sistema capitalista, embora sejam esses invisíveis que o sustentam com a sua força de trabalho.

Partindo dessa premissa e de acordo com Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do poder se assevera em forma de subjugação político-econômica e se refere

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação e ao processo europeu de expansão colonial. Outrossim, essa herança cultural ainda permanece explícita nas relações sociais, evidenciando, assim, a visão etnocêntrica sob a égide das dicotomias superior-inferior, opressor-oprimido, como se verifica na passagem seguinte:

> Francisco Peixoto, o herdeiro mais velho, voltou a aparecer com mais frequência, e Sutério, o administrador da fazenda, à sua frente, baixava um pouco a crista. Ora seu Francisco nos cumprimentava, ora fingia não nos ver. Da família Peixoto, fez-se presente também a irmã mais velha, que nunca havia visto por ali, uma senhora muito branca, que não dirigiu seu olhar para nós em nenhum momento (Vieira Júnior, 2019, p. 81-82).

Nessa esteira, é válido ponderar que, segundo o pesquisador Josemar Martins (2006), o pedantismo da elite brasileira que foi herdado pela cultura colonial do país se dissemina nas relações sociais contemporâneas como um legado de dominação e exploração dos povos colonizados, o qual se perpetua em novas formas de colonização. A partir disso, a classe dominante justifica o tratamento dicotômico e indiferente ante aos menos favorecidos na ordem econômica como uma estratégia de manter e reproduzir a sua hegemonia.

Sob essa linha de pensamento, cabe destacar que outra forma de opressão é a colonialidade do saber. Dessarte, com o imperialismo epistemológico exposto por Santos (2007), surgem, no contexto acadêmico e nas relações sociais de modo geral, as dimensões dicotômicas: conhecimento científico-saberes populares, como também pode ser evidenciado no trecho a seguir: “As folhas estavam guardadas nos bolsos de sua calça, talvez por vergonha de o apontarem com desdém como feiticeiro dentro daquele lugar que ele não conhecia” (Vieira Júnior, 2019, p. 14).

A partir desse excerto, é possível inferir que os saberes populares são negados pelo universo científico, mais notadamente pelo campo da medicina. E como o personagem “Zeca Chapéu Grande” estava num hospital, sentia-se oprimido em suas crenças e tradições. Sendo assim, conforme Mignolo (2010), os saberes das comunidades tradicionais devem ser respeitados e valorizados em favor de uma convivência intercultural e empática, desconstruindo, assim, o preconceito e a subalternidade a que essa população está submetida.

Não obstante, frequentemente, nas relações sociais, o conhecimento originário da classe dominante é visto como superior. Entretanto, os saberes populares, conforme trecho a seguir, são, também, muito importantes para a sobrevivência dos sertanejos (as): “Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo;

que mandioca e frutas gostam de plantio na lua nova" (Vieira Júnior, 2019, p. 85).

Nesse caminho, reitera-se que os saberes populares são contributos indispensáveis à convivência com o semiárido e a subsistência dos sertanejos. Além disso, tais saberes permitem, ainda, a cura de muitas doenças acometidas às pessoas do campo, como se pode perceber no fragmento a seguir: "Eram famílias que depositavam suas esperanças em Zeca Chapéu Grande, que vivia para restituir, com ervas e rezas, a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam" (Vieira Júnior, 2019, p. 27).

Partindo desse pressuposto, salienta-se que, de acordo com Santos (2007), a Ecologia de Saberes deve ser fomentada na academia e nas relações sociais como um todo, a fim de que sejam mitigados os preconceitos aos povos tradicionais. Espera-se, com isso, que ciência e saber popular sejam respeitados e valorizados, evitando, pois, que o conhecimento científico seja o único válido e relevante, depreciando, não raro, as experiências populares.

Coadunando Santos (2007), Maldonado-Torres (2007) reforça que a colonialidade do saber se relaciona com a epistemologia e suas formas de reprodução de regimes de pensamento. Em vista disso, a elite colonizadora impõe quais são os conhecimentos e direitos válidos, como se pode identificar no trecho a seguir: "Aquela fazenda sempre teria donos e nós éramos meros trabalhadores, sem qualquer direito sobre ela" (Vieira Júnior, 2019, p. 69).

Logo, o Estado e a legislação do direito à terra estão sempre a serviço da elite econômica. Nessa esteira, Mignolo (2010) frisa que o mais forte não está satisfeito em ser apenas o mais forte, ele cria mecanismos para justificar o seu direito à dominação. É a chamada geopolítica do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade do saber é uma geopolítica do conhecimento, cuja classe hegemônica decide quais conhecimentos, direitos e comportamentos são legítimos.

Por outro lado, Santos (2007) advoga que os conhecimentos populares configuram-se como uma ecologia de saberes que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico. De modo semelhante, os saberes, provenientes dos (as) sertanejos (as) sem escolarização, não devem ser descartados ou menosprezados, mas considerados como uma das maneiras de interpretar e lidar com a natureza e o seu entorno.

Por conseguinte, é oportuno ressaltar que a topofobia, em face de fenômenos climáticos adversos (seca, enchente), representa a inércia estatal, uma vez que, historicamente, não propôs e implementou políticas públicas eficazes para a prosperidade do semiárido nordestino. De modo análogo, cabe frisar que tal negligência do Estado vem

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

reproduzindo a colonialidade do poder, do ser e do saber, replicando, assim, a dominação, a exploração e a opressão no sertão baiano, como desvela *Torto Arado*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o exposto acima, a Ecocrítica, perspectiva inter e transdisciplinar que analisa as relações entre o ser humano e o ambiente (físico, social e cultural), consolida-se como uma profícua ferramenta de investigação da realidade por meio da Literatura (*Torto Arado*). Desse modo, a abordagem ecocrítica pôde descortinar inúmeras dessas relações, sinalizando, assim, um debate que necessita de visibilidade no cenário acadêmico-científico e nas relações sociais contemporâneas, a fim de reduzir a exploração a que sertanejos (as) estão submetidos no semiárido brasileiro.

Partindo desse pressuposto, este manuscrito cumpriu com o seu objetivo ao analisar diversos excertos topofóbicos presentes nos discursos dos personagens da narrativa em epígrafe, vindo à tona uma denúncia de um sertão negligenciado pelas autoridades governamentais. Além disso, buscou-se evidenciar formas da colonialidade do poder, do ser e do saber contidos em inúmeros fragmentos dos discursos dos personagens do romance em tela, revelando, assim, uma espécie de escravidão moderna, que deve ser extirpada da sociedade, a fim de que o direito à dignidade humana seja respeitado, conforme preconiza a Carta Magna de 1988.

Outrossim, este artigo comprova a hipótese de que as secas prolongadas no sertão baiano incitam um sentimento de aversão ao lugar habitado, impulsionado pela falta de políticas apropriadas ao desenvolvimento do semiárido. Ademais, ficou patente que essa inércia estatal promove a miséria que acentua as desigualdades sociais e a exploração dos sertanejos, conforme atestado pelos vários trechos que foram elencados no corpo deste manuscrito.

Portanto, a narrativa em exame inspira múltiplas análises e reflexões acerca da resistência e da busca pela liberdade e dignidade humana de povos e culturas afrodescendentes no semiárido brasileiro, suscitando, assim, possíveis e palpitantes pesquisas, com o intuito de desvelar outros aspectos que ainda permanecem encobertos e necessitam de visibilidade.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUENO, Thaís Barros de Lima Galvão; CARDOZO, Guilherme Lima. A escravidão moderna no Brasil: análise sob o aspecto do princípio da dignidade da pessoa humana.

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

Revista EDUC, Duque de Caxias-RJ, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2016.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, Cheryll. Introduction: literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (Ed.). **The Ecocriticism Reader**: landmarks in literary ecology. London: The Univ. of Georgia Press, 1996, p. 4-11.

GROSFOGUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-282, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Comp.). **El Giro Decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007, p. 68-85.

MARTINS, Josemar da Silva. **Tecendo a rede**: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semiárido Brasileiro e outras excedências. 2006. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MIGNOLO, Walter. Aiesthesis decolonial. **Calle**, v. 4, n. 4, p. 10-25, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y Horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014, p. 342-386.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (Org.). **Diálogos Internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017, p. 35-48.

SALES, Aklla Guimarães; OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. Proteção internacional aos refugiados ambientais. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 18-34, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos**, v. 72, p. 71-94, 2007.

SARMENTO, Elisângela Campos Damasceno; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de. Topofobia e topofilia em O Quinze: uma análise ecocrítica da obra de Rachel de Queiroz. **Revista Geografia** (Londrina), v. 31, n. 1, p. 75-94, 2022.

SARMENTO, Elisângela Campos Damasceno; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de. Ecocrítica e ensino de ciências: possibilidades inter e transdisciplinares. **Revista Interação Interdisciplinar**, v. 6, p. 75-90, 2024.

SARTRE, Jean-Paul. **Situations III**. Tradução Rui Mário Gonçalves. Lisboa: Publicações Europa-América, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

https://doi.org/10.35685/7kpgzv90

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.